

MARÉ VIVA

DIRECTOR (INTERINO): ANTÓNIO A. SANTOS

SEMANÁRIO

ANO I — N.º 0 — PREÇO 3\$50 — 21/5/76 (Avençado)

DEZENAS DE MILHAR DE CONTOS POR UMA CURVA

Auto - Estrada é assunto

Auto-estrada Lisboa-Porto: uma velha aspiração, que muito tem dado que falar e que até à sua construção muita tinta fará correr.

Os interesses à volta de tão importante realização têm aparecido à luz do dia a diferentes níveis. Dos grandes e dos pequenos interesses.

Dos grandes, quem não se lembra da «bronca» em redor da adjudicação da obra? Foi em 1972 que a empresa BRISA conseguiu ganhar o concurso, não sem que uma outra empresa italiana construtora de auto-estradas tivesse contestado a decisão do então Ministério das Obras Públicas. Nada veio a público quanto ao fundamento das acusações dos italianos e a BRISA acabou por ficar mesmo com a responsabilidade da construção da rede de auto-estradas, onde avulta a que ligará Lisboa ao Porto.

Sabemos que o contrato com o Estado incluía a conclusão em 1975 de dois ramos de auto-estradas. Um que ligaria Lisboa ao futuro aeroporto a sul do Tejo e um outro entre Vila Franca de Xira e o Carregado. O prazo não foi cumprido. Talvez a BRISA pudesse justificar. Mas adiante.

Cá para o Norte, a coisa também vai atrasada. Nada foi determinado quanto ao traçado definitivo. A nível legal apenas se tem notícia da publicação de um anteprojecto no «Diário do Governo» que mais não faz do que prever as expropriações a cargo da BRISA. Mesmo o problema dos nós de ligação não está definitivamente resolvido. E este mesmo problema que poderá dizer mais directamente respeito a Espinho e regiões vizinhas.

ESPINHO RUA 19 COMO LIGAÇÃO É HIPÓTESE REMOTA

Facilmente se aceita que uma auto-estrada com a importância e intensidade de tráfego que terá a de Lisboa-Porto não permitirá que a cada passo se abram saídas e entradas junto de cada povoação mais ou menos importante.

Sabe-se mesmo que é uso corrente nos países mais industrializados guardar uma distância mínima de 50 km. entre cada nó de ligação.

O anteprojecto que atrás referimos, prevê a construção de acessos junto dos Carvalhos, de S. João da Madeira e de Oliveira de Azeméis. Quanto a Espinho nada é previsto.

No entanto, o plano de urbanização de Espinho, aprovado em 1966, inclui a abertura da Rua 19 até à auto-estrada. A verdade é que a Junta Autónoma das Estradas parece ter ignorado esse plano. Com razão ou sem razão?

Não se pode negar o interesse que teria para Espinho, como centro turístico e alguma importância industrial, a existência desse acesso. Mas será de grande importância a sua reivindicação?

Para as regiões próximas manter-se-ão todas as vias de acesso já existentes. Quem vier do Sul poderá, sem grande prejuízo, abandonar a auto-estrada no nó de S. João da Madeira e quem vier do Norte poderá fazer o mesmo nos Carvalhos. Parece não haver lugar a grandes lamentações, mas... Se olharem para um

mapa talvez não fiquem a perceber por que razão são precisos dois nós tão juntos: em S. João da Madeira e em Oliveira de Azeméis. Nós também não.

Mas mais do que esta questão, que até parece não ter mobilizado grande número de pessoas, talvez mereça a nossa atenção o que se passa em Grijó.

GRIJÓ: OS GRANDES E OS PEQUENOS

Previo o anteprojecto inicial quatro hipóteses para o traçado da auto-estrada. Após um rápido estudo, só ficaram duas vias (ver esquema) e sobre as quais se manifestaram opiniões diversas.

Passaria uma delas a 80 metros do Mosteiro de Grijó, atingindo parte da quinta do Mosteiro, propriedade privada de grande extensão. Seria esta a hipótese mais defensável, mas contra ela se levantaram os proprietários da quinta, apoiados na Comissão de Culto e na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Alegam que seriam afectadas as fundações do Mosteiro e seria cortada a ligação arquitectónica do Mosteiro com os arcos do aqueduto romano no exterior da quinta.

E qual a hipótese que resta? O desvio da auto-estrada, mais a nascente, atravessando o lugar de Murraceses e destriundo 14 moradias e alguns terrenos agrícolas de pequenos proprietários. Apoiados pelo povo de toda a freguesia, a população de Murraceses defende-se e, embora tudo pareça encaminhado na satisfação dos interesses dos donos da quinta do Mosteiro, apresenta as suas razões:

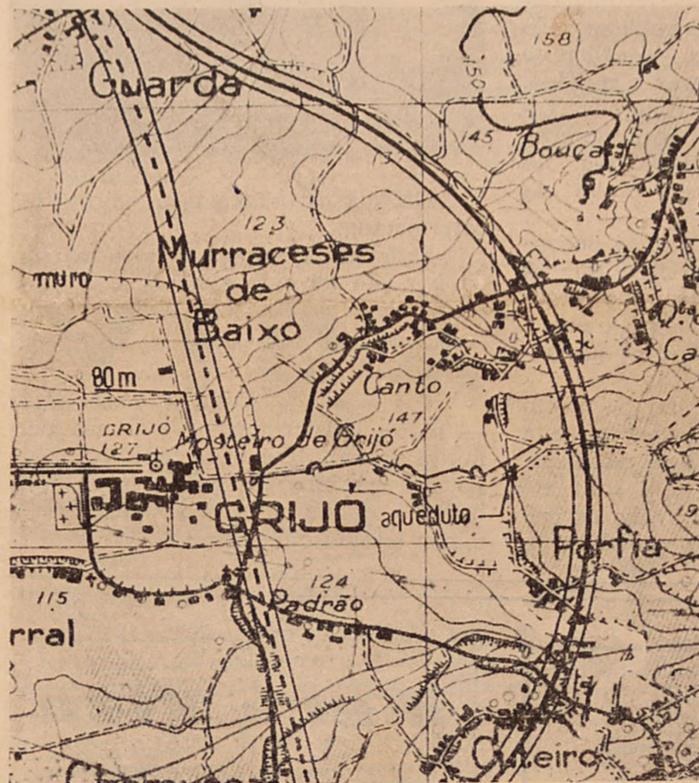
— a destruição das moradias e dos terrenos que, na maior parte dos casos, são complemento importante no orçamento familiar;

(Continua na pág. 2)

NASCENTE — Uma Cooperativa MARÉ VIVA — Um Jornal

Cooperativas, estão a surgir muitas; jornais também: há até quem diga que já são demais. Neste caso aparecem as duas coisas juntas: um jornal — MARÉ VIVA, tendo por base uma Cooperativa de Acção Cultural — NASCENTE.

Na página 3 apresentamos aos nossos leitores o que são uma e outro. Para já uma certeza: um jornal surgiu; uma cooperativa espera por si!



UMA
CURVA
POR
DEZENAS
DE
MILHAR
DE
CONTOS

EM ESPINHO DROGA É ASSUNTO

CUSTO
DE
VIDA
INQUÉRITO

Em tempos apareceu um «slogan» que ficou famoso e que dizia: DROGA - LOUCURA - MORTE. É claro que essas palavras representam uma forma bastante demagógica de encarar o assunto, mas, de qualquer maneira, mostram a preocupação que a droga causa.

Também em Espinho esta questão vem causando grande discussão, desde há bastante tempo, mas nunca, ao que sabemos, foi abordada com seriedade. É o que pretendemos fazer com o artigo cuja primeira parte publicamos hoje na página 5.

PÁG. 3

EM QUE MÃOS ANDAMOS?

Muito terá o jornal que agora inicia a sua publicação a dizer sobre as condições de assistência médica a que anda sujeito o povo desta região e de todo o País. Muito, e pacientemente diremos tudo.

É com profundo pesar que pegamos no assunto por um caso que nos indigna mais do que qualquer outro: a forma como essas condições conduziram à morte de uma criança.

A ocorrência é-nos contada pelo pai, o sr. Henrique António de Oliveira Sá Sil, de 29 anos, papelheiro na firma Ponte-Redondo, morador no bairro «VIOLAS» em Anta.

No dia 13 de Abril passado, seu filho Henrique Manuel, de 3 anos e meio, ingeriu uns tantos comprimidos de um conhecido calmante. Aflita, a esposa correu ao Hospital. Eram 10 horas da manhã. Aí, o médico de serviço, sem parecer à mãe ligar muita importância à sua enorme inquietação, passou uma receita de Coramina e mandou-a embora com várias recomendações entre elas a de que voltasse caso o filho entrasse em coma. — «Nem se deu ao cuidado de observar o miúdo».

A mãe não se sentiu tranquila. Telefonou ao marido. O patrão deste conduziu-os ao Hospital Maria Pia, no Porto, onde chegaram por volta do meio-dia e um quarto.

O primeiro médico que aí encontraram, ouvida a história, disse que só trabalhava até ao meio-dia, que se dirigisse à recepção. Na recepção, que a consulta fechava ao meio-dia, que esperassem até à tarde.

Foram para o Hospital de Santo António onde, imediatamente, foi feita ao miúdo uma lavagem ao estômago. Esteve em tratamento com soro até cerca das 19 horas, hora a que os médicos fizeram um exame completo ao

miúdo e declararam que tudo estava bem.

Os pais foram mandados embora, com a recomendação de telefonarem no dia seguinte já que não haveria visita. Durante a noite, o Henrique Manuel, de três anos e meio, morreu.



Da sua certidão consta: morte indeterminada.

Será que a criança morreu asfixiada por não ter sido ajudada a vomitar — hipótese em que crêem os pais?

Será que a lavagem ao estômago foi tardia?

Eis o que a fórmula burocrática — morte indeterminada — nunca permitirá apurar. E é pena, pois só assim poderia ser feita justiça. A justiça que o Povo espera porque a assistência... muito teremos que dizer!

ÚLTIMA HORA

Espinho defende o seu hospital

Cerca de uma centena de habitantes de várias freguesias esteve presente na reunião que um grupo de espinhenses promoveu no Salão Paroquial de Silvalde, na passada terça-feira, e que contou com a presença de um representante da Comissão Administrativa da C.M.E. Em discussão, um momentoso problema: o futuro do hospital que serve Espinho.

Os dados são conhecidos: a antiga Câmara, ao não conseguir para o hospital a classificação de Distrital, abriu a via que o poderá conduzir a um papel reduzido que em nada interessa à população; outro passo seria a próxima nomeação de uma comissão instaladora, reunindo representantes dos trabalhadores.

A Assembleia, depois de várias intervenções, viria a tomar as seguintes decisões:

1 Encarregar a Comissão Administrativa de obter uma entrevista com o Ministro competente.

2 Que nessa entrevista, a que comparecerão, um representante da Comissão Administrativa e todos os espinhenses interessados, se obtenha a garantia de que o hospital de Espinho em caso algum verá diminuída a sua importância.

3 Que seja ainda pedida ao Ministro a reclassificação do hospital.

4 Que seja pedido aos trabalhadores para suspenderem a nomeação da Comissão Instaladora até ser conhecida a resposta do Ministro.

Os semáforos vão funcionar

Tem causado estranheza aos habitantes de Espinho e aos habituais frequentadores da cidade, que o sistema de semáforos instalados, nos cruzamentos, da Av. 24, tenha deixado de funcionar e permaneça, há muitos dias no «alerta» do amarelo intermitente. Na realidade o que se passa é que, segundo conseguimos apurar, a obra, aparentemente completa, carece ainda da sinalização horizontal. Sem esta sinalização o funcionamento dos semáforos é perigoso como está provado. A conclusão desta sinalização na antiga via está dependente de obra que a J.A.E. ali pretende levar a cabo. Assim que estas estejam prontas, os semáforos vão funcionar.

Podemos adiantar, em primeira mão, que a J.A.E. está a estudar o problema da repavimentação total da antiga via, obra que a concretizar-se será o complemento condigno da que a C.M.E., em tão boa hora, decidiu levar a cabo.

Auto - Estrada

(Conclusão da primeira página)

— o facto de, nessa hipótese, a auto-estrada ter de descer a 12 metros de profundidade, destruindo assim os poços e as fontes aí existentes;

— o desvio, acentuado da auto-estrada, que resultaria numa curva pronunciada, levando a um aumento de traçado de mais de um quilómetro, o que, segundo alguns cálculos, custaria cerca de 70.000 contos;

— a destruição de parte do aqueduto, também monumento nacional, e que naquela zona se encontra soterrado.

Todas estas razões são de peso, e a principal é a questão dos terrenos agrícolas e as moradias, que são demasiado importantes para os seus proprietários, para assim serem postas em causa por «dá cá aquela palha». O mesmo já não se dirá dos donos da quinta do Mosteiro a quem, com certeza, não faltará o pão para a boca se lhes cortarem uma fatiazinha de terra.

Mas também os 70.000 contos (ou muito perto disso) poderão dar que pensar. Que elevados interesses levarão os responsáveis a escolher a hipótese mais cara? A defesa (por justificar) do Mosteiro é um argumento. Mas se se quer destruir o aqueduto romano subterrâneo, onde está o interesse pelos monumentos históricos que esses senhores apregoam?

Que se passa afinal? Talvez seja apenas a velha história que se repete: a dos grandes e dos pequenos.

MURRACESES NÃO VAI PERDER

Entretanto, para mais reforçarem a justiça da sua pretensão, os moradores de Murraceses propõem-se custear a vinda de uma equipa de técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil ou Militar para averiguações dos prejuízos que o troço inicial poderia causar ou não nas fundações do Mosteiro. No entanto, nem esta sua pretensão foi satisfeita.

Tem havido larga movimentação das pessoas de Murraceses em defesa dos seus legítimos interesses e em face das razões que lhes assistem não pararão até que lhes seja feita justiça. Tanto mais que quanto aos prejuízos para as fundações do Mosteiro nada lhes foi provado.

UM LIVRO BOM, UM LIVRO BARATO

«Constituição da República Portuguesa»

Preço: 20\$00 (Imprensa Nacional — Casa da Moeda) ou 17\$50 (Atlântica Editora, Coimbra)

É um livro importante para todos os portugueses. É a Lei Fundamental que nos rege desde 25 de Abril de 1976.

Porque é importante?

— Para vermos até que ponto os nossos representantes defenderam ou não os nossos interesses;

— Para sabermos os direitos e os deveres que temos perante a comunidade social de que fazemos parte;

— Para sabermos quando temos razão e podermos exigir justiça, sempre que seja necessário.

É um livro fundamental. Para longe o tempo em que os «entendidos» nos enganavam por causa da nossa ignorância.

Maré Viva

Este número de «MARÉ VIVA» não será seguido na próxima semana pelo segundo. De facto, iremos fazer um curto intervalo, de duas ou três semanas, que ocuparemos na análise da forma como os leitores nos receberam, e no reajustamento de alguns aspectos.

Até por isso a sua opinião é tão importante. Faça-a chegar até nós.

RETORNADOS

Mais umas centenas chegam a Espinho

Causou aparato e concentração de pessoas a recente chegada, em camiões militares, dos haveres de mais alguns retornados que na cidade se vieram instalar.

Segundo conseguimos apurar trata-se de um grupo de trezentas pessoas na sua maior parte chegadas directamente de Angola. Todas estas pessoas ficaram alojadas em pensões locais pertencentes a um retornado.

MARÉ VIVA

SEMANÁRIO

Propriedade: «NASCENTE» — Cooperativa de Acção Social

Redacção — Apartado 43
ESPINHO

Director
António A. Santos

Fizeram este número:

Adriano Cardoso — Ana Sousa — António Capelo — António Letra — António Santos — Dário Capela — Ema Letra — Fátima Brandão — Fernando Campos — José Maia — José Cardoso — Fausto Neves — Jorge Catarino — Laura Gaio — Laurinda Cunha — Margarida Azevedo — Manuel Lopes — Morais Gaio — Nuno Barbosa — Vitor Sousa.

Colaboração especial:
Alberto Barbosa — Carlos Moraes

Composição e Impressão
Oficinas Gráficas
da Casa Nun'Alvares — Porto

Nascente — uma Cooperativa

Um Jornal — Maré Viva

«Então, pá, quando é que isso arranca?» Esta era uma pergunta que nos perseguia desde há semanas, quando começou a tomar forma e a ser do conhecimento de muita gente que uma Cooperativa Cultural iria aparecer. A resposta tardou, mas veio. Hoje «arranca» a Nascente — Cooperativa de Acção Cultural.

Quer dizer, a partir de hoje, a região de Espinho passa a contar com uma organização cujos objectivos são os de divulgar várias formas de cultura e apoiar toda uma série de pequenos grupos culturais que muitas vezes sozinhos não conseguem desenvolver uma actividade verdadeiramente significativa.

O cinema merecerá uma atenção especial, até porque todos sabemos como a qualidade do cinema comercial é geralmente fraca. Quer isto dizer que na Cooperativa funcionará um Cine-clube que realizará sessões regulares mensais para adultos e para crianças.

O teatro é outra actividade a que queremos dedicar-nos. Regularmente apresentaremos espectáculos com grupos profissionais e amadores, numa tentativa de divulgar junto de muita gente o bom teatro que já se vai fazendo entre nós.

Outras actividades, como colóquios, debates, sessões para crianças, etc. não serão esquecidas, assim haja pessoas que adiram para organizar tudo isto.

Mas o que achamos mais interessante nesta iniciativa é que ela não se pretende limitar a Espinho. De facto, Espinho, como cidade que é, goza, apesar de tudo, de certos privilégios no campo das actividades culturais. Por isso, a Cooperativa pretende lançar a sua actividade para fora das ruas alcatroadas e ir até às aldeias. De início não será muito fácil, mas a pouco e pouco irá diminuindo a distância que separa a cidade do campo e o cinema, o teatro, os debates, farão a sua apresentação em locais como Grijó ou Lamas, Paramos ou Nogueira.

Porém, tudo o que está nas intenções só será realizável com o apoio activo de muitas pessoas. As ideias estão acima indicadas, a

sua efectivação passa pela adesão de todos os interessados em que isto não sejam só palavras. Por isso, a Cooperativa conta consigo, já que sem si pouco poderá fazer.

«MARÉ VIVA» é o jornal, semanal, da Cooperativa. Mas não será um simples boletim de informação, pretende ser um verdadeiro jornal regional, abrangendo uma área que tem por centro Espinho e se estende a um elevado número de freguesias e arredores. As notícias, os problemas, as lutas, as vitórias do povo dessas freguesias ocuparão parte importante das nossas páginas, numa tentativa de fazer ouvir a voz daqueles que são sistematicamente esquecidos. «MARÉ VIVA» tem portanto um espaço a preencher, tem um lugar que vai ser seu, no contacto com a realidade, na entrevista com as pessoas, no estudo dos problemas — dos operários como dos comerciantes, dos empregados de serviços como dos pequenos industriais, dos estudantes e dos moradores. Ao mesmo tempo, o jornal procurará ter uma acção formativa e fazer sugestões para a ocupação dos tempos livres do leitor, ajudando a formar novos conceitos de cultura e desporto e conter noticiários e passatempos.

No que se refere à orientação política, seria absurdo pretender negar uma opção que o «MARÉ VIVA» terá de fazer forçosamente. Mas a definição é fácil: a nossa política será a de em cada momento defender os interesses das populações da região que pretendemos servir. Para isso não aceitaremos submissões a partidos ou quaisquer outras forças organizadas, definindo pois, a nossa actuação por um apartidarismo rigoroso combinado com um antifascismo militante. Será um jornal antifascista, progressista e apartidário.

Porém mais do que as definições que possamos fazer, há-de falar por nós o jornal que irá sair semanalmente. Este número Zero é ainda uma amostra daquilo que queremos fazer. Com as críticas e sugestões dos leitores e o nosso esforço, iremos fazendo cada vez melhor.

CUSTO DE VIDA

Para Ser Sócio

Numa manhã de sábado dirigimo-nos ao Mercado Municipal de Espinho no intuito de sabermos a opinião das pessoas que o frequentam, tanto a comprar como a vender, acerca dos preços que ali se praticam. Isto porque o aumento do custo de vida se vem agravando nos últimos meses.

Começamos por interpellar primeiramente uma compradora:

— Há coisas que estão muito caras e a gente só vai ao barato. Olhe, tenho aqui esta menina que gosta muito de bananas, mas eu não lhas posso comprar. Estão a 40\$00 o quilo e um quilo não dá nada. Não se pode comprar. Só tenho esta filha, mas só o meu homem é que ganha, é empregado na Desco, e tem que se tentar para o comer, renda de casa, o vestir, o calçar... na carne nem se fala. Ainda hoje fui ao supermercado e havia bichas de gente para a carne, eles só davam por razão.

O relato desta compradora e outros que se lhe vão seguir demonstram bem as dificuldades encontradas pelos portugueses na sua alimentação e dos seus familiares. Até porque grande parte dos trabalhadores ainda não ganham o salário mínimo e mesmo esse já está desactualizado. Se verificarmos que nos primeiros quatro meses do ano de 1976 o aumento do custo de vida foi nas principais cidades do país: Lisboa 13,3 por cento, Porto 8,8 por cento. Este aumento brutal registado nos preços, durante os últimos meses, numa altura em que estavam congelados os salários, as reformas e as pensões dos trabalhadores, determinou, de uma forma sensível, o agravamento das condições de vida.

principalmente das classes mais desfavorecidas da população. Mas passemos a palavra a uma vendedora:

— Aos sábados tenho muito que fazer. Não é que cá os preços sejam mais baixos, isso varia, mas talvez pela localização perto dos talhos e por ser aqui onde se encontram produtos, no que se refere a hortaliças e fruta, mais frescos. Os preços subiram muito mas continua-se a vender bastante, há muito dinheiro... Só se trocam notas de conto e de 500\$00. Impostos não. Ainda não sofreram alteração e eu vendo um pouco de tudo: couve, alface, milho, couve-branca, limões, batata velha e nova, ovos, cenouras, favas, ervilhas, etc.

As declarações desta vendedora parecem contradizer o relato da compradora, mas não, o que há é mais pessoas que precisam de comprar do que géneros para serem comprados. Por isso as vendedeiras dizem que só se trocam notas grandes. Pois só quem tem notas grandes é que consegue dar uma alimentação racional aos seus familiares.

E quanto à carne?

— Falta de carne? Isso nem se fala! Nós, talhantes, temos direito a apenas dois bois por semana. E a falta desta já se vem sentindo mais ou menos há dois meses. Os preços começaram a subir há uns meses. Mas nem por isso se vende menos, até se vende mais... para comer ainda é mais... As pessoas não gostam de carne congelada. Preferem a nacional apesar de mais cara. Quanto a mim há boas e más carnes congeladas, depende da congelação. Muito boa é a francesa. Agora a Ar-

gentina... não vale nada! Claro, a carne congelada tem saída, pois, perante a falta da outra as pessoas têm que comprar desta.

E disse-nos um comprador:

— Hoje passei aqui por acaso. Por vezes venho cá embora compre geralmente nos pequenos comerciantes. Tudo tem aumentado extraordinariamente e, falando na fruta, devemos isso à política geral do Comércio Interno e à suspensão da Junta Nacional das Frutas. Subida de preços? É mais que nítida.

Finalmente ouçamos uma vendedora de hortaliças:

— O grande aumento foi nestes últimos meses. O caso da fruta é diferente, penso eu, pois é uma coisa que varia com a quantidade e com a época. Cenouras? Vendo, sim. O preço alto? Eu levo isso por dois caminhos: ou porque este ano estivesse cá mais gente e se consumisse muito ou porque a produção fosse menor. Batatas? Por acaso não vendo, mas acho que os lavradores pensaram mal. Acho que a batata não devia passar de 7\$50. Mesmo para quem vende acho que já paga o trabalho. Este ano até houve muita batata. Mas há muita gente a comprar e os preços sobem.

O eterno e preocupante problema do custo de vida, onde mais se faz sentir é na alimentação, no vestuário, na habitação. Hoje abordamos a alimentação. Estaremos atentos também aos outros aspectos. E contamos com as informações e a opinião dos leitores para fazermos um melhor trabalho. É necessário impedir o constante aumento de preço de todas as coisas.

Se o seu problema é não saber o que deve fazer para poder ter direito às vantagens que a Cooperativa NASCENTE lhe quer oferecer, nós explicamos:

1 — Preencha a ficha de inscrição que encontrou ao abrir este jornal e entregue-a a alguém ligado à Cooperativa ou envie-a pelo correio para o Apartado 43.

2 — Se não tiver ficha, envie o seu nome e morada para o mesmo Apartado e alguém o(a) contactará.

3 — Depois de preencher a ficha terá apenas que pagar uma quota mensal de 25\$00, com a qual paga o MARÉ VIVA (semanal), as sessões que o Cine-Clube vai organizar todos os meses, e terá direito a desconto em espectáculos de Teatro, além de outras vantagens que irão aparecendo.

Nota importante: no caso de vários membros da mesma família quererem ser sócios, só o primeiro a associar-se pagará 25\$00 mensais. Os restantes pagarão apenas 15\$00 por mês, pois para essa direcção, enviaremos apenas um exemplar do jornal (daí o desconto).

Pequenas empresas — Grandes problemas

GREVE

A empresa metalúrgica de Espinho A VIGOROSA encontra-se paralisada desde o dia 2 de Abril.

Com o objectivo de conhecer os motivos que levaram a esta situação, o «MARÉ VIVA» dirigiu-se ao local do conflito onde apenas pôde contactar com trabalhadores e a sua Comissão Sindical. Na verdade a outra parte interessada — o dono da fábrica — abandonou a empresa já lá vai um mês.

Os trabalhadores reivindicam a aplicação do contrato colectivo de trabalho (C.C.T.) aprovado em Junho de 1975 e que a entidade patronal se tem negado a cumprir.

«O Domingos da VIGOROSA deve-nos cerca de dois mil contos»

São perto de 60 trabalhadores, na sua maioria mulheres, que laboram nesta empresa. Dirigem-se todos os dias para as instalações de forma a cumprir o horário de trabalho. Mas o seu «ganha-pão» está-lhes vedado pela má vontade de uma pessoa que não cumpre aquilo que todas as outras empresas do ramo estão a cumprir.

Encontrámo-los sentados ao sol, conversando ou discutindo a sua situação, confiantes no futuro.

«O nosso conflito vem desde 1974 — diz-nos a Comissão Sindical — quando o sr. Domingos se recusou a pagar uma dívida de 956 contos relativos a aumentos salariais e a retroactivos, tendo sido depois sentenciado judicialmente. Apesar da sentença no tribunal lhe ter sido desfavorável, o patrão manteve-se numa posição de recusa inabalável, embora tendo possibilidades económicas de pagar a dita dívida. Mais tarde concordámos em facilitar o pagamento dessa dívida em prestações mensais de mil escudos. Entretanto, é aprovado na portaria de Junho de 1975 o novo contrato que o patrão se recusa a cumprir assim como o pagamento da dívida anterior — tudo somado faz cerca de dois mil contos».

«Não criámos esta situação»

A Comissão Sindical, tentando evitar o agravamento da situação, convidou a entidade patronal a encetar negociações, as quais vieram a realizar-se na Delegação do Ministério do Trabalho, em Aveiro, e, numa segunda fase, em Riomeão, na Associação da Corporação da Indústria.

«Tentámos por todas as maneiras e formas evitar o conflito, chegámos mesmo a consentir no não pagamento dos aumentos salariais que medeiavam entre a publicação da portaria e estas negociações; no entanto, ele nem nos quis ouvir. Ou renunciávamos ao contrato ou então nada feito!»

«A VIGOROSA pode cumprir o contrato»

Segundo o que conseguimos apurar por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos, todas as empresas do ramo cumprem o contrato, apesar de a maioria serem mais pequenas que a VIGOROSA, possuindo portanto uma situação económica mais instável. Tudo isto nos foi confirmado pela própria Comissão Sindical:

«A VIGOROSA possui muitas encomendas e matéria-prima suficiente em armazém para permitir o pagamento da dívida e dos aumentos salariais, sem prejudicar a sua estabilidade económica. A VIGOROSA é a maior empresa do ramo, num concelho onde todas as outras cumprem o contrato».

«Tentaremos encontrar uma solução justa»

A Comissão Sindical tem feito esforços no sentido de chegar a um acordo viável.

«Queremos contribuir para a construção dum país novo, do nosso futuro. Queremos trabalhar, mas em condições dignas. Queremos que nos tratem como pessoas humanas que somos. Temos tentado por várias vezes reatar as negociações, no entanto o sr. Domingos mantém a sua posição e nunca mais apareceu. Nós não desejamos prejudicar ninguém, mas da forma como as coisas estão a andar alguém há-de ficar prejudicado. De qualquer forma não renunciaremos àquilo que nos pertence por direito».

Os trabalhadores da VIGOROSA continuam, pois, com o objectivo de resolverem a sua complicada situação. O abandono a que o patrão os votou é o ponto que eles mais salientam, dizendo, — «Para além dos nossos direitos, inhamos toda a vontade de entrar em diálogo com vista a uma saída. Mas nem isso tem sido viável na medida em que o patrão não apareceu mais na fábrica». Prosseguindo, disseram-nos que, mais tarde, se deslocaram ao Ministério do Trabalho, em Aveiro, onde novamente falaram com o patrão e o delegado do Ministério, tentando mais uma vez resolver a situação. Até estavam dispostos a fazer mais algumas concessões. Contudo não foi possível entrar em acordo. O patrão recusou-se terminantemente a cumprir a lei.

«Estamos dispostos a prosseguir a nossa luta até ao fim. Dentro de pouco tempo e com a ajuda do Ministério julgamos ser possível pôr a empresa a funcionar através de uma comissão administrativa nomeada pelo Governo».

Foi com estas palavras que, numa longa conversa, a Comissão Sindical pôs a sua situação ao nosso jornal.



Defender o Pão

Nove operárias, máquinas (cerca de mil contos), matérias-primas, um encarregado, um empregado de escritório, a gerência, uma firma — ANTÓNIO DA SILVA PINTO, L.D.A.

Dia a dia, a força de trabalho é utilizada na produção de botões, fivelas, medalhas, colares, bijuteria. Bem integrada no sistema, a empresa vai indo.

Com a morte de António Silva Pinto, há cerca de três anos, e a sua substituição pelo filho, António Belmiro da Silva Castro, com o vinte e cinco de Abril e as perspectivas que vem abrir aos trabalhadores, o processo complica-se.

Mesmo um capitalista tem obrigações com o sistema. Cabe-lhe gerir a sua empresa. No entanto, por razões que não esclarece, mas que no actual contexto são facilmente compreensíveis, mesmo esta tarefa não é desempenhada pelo patrão.

A situação vai-se agudizando, principalmente de Agosto a Dezembro de 1975, altura em que os planos da gerência se tornam claros. A gerência diz que não há serviço para dar a fazer; põe os operários a trabalhar quatro dias por semana (sem autorização do Ministério do Trabalho); paga apenas metade do subsídio de férias (no entanto, a gerência retira o seu na totalidade); não paga à Previdência, os descontos feitos aos trabalhadores de Maio a Dezembro, do ano transacto; não faz modelos novos, embora o seu lançamento seja essencial para uma empresa deste género; não procura encomendas; desleixa os pagamentos a fornecedores.

A lei, facilmente invocada, quando está em causa o interesse do patrão, é ignorada quando está em causa o interesse dos trabalhadores; em fins de Novembro, numa reunião com delegados do Ministério do Trabalho, em Aveiro, o patrão comprometeu-se a pagar os salários, coisa que não cumpre; quando a gerência colocou os trabalhadores a quatro dias por semana, nem sequer pediu autorização ao Ministério.

No dia 5/12/75, o patrão chama os operários e propõe-lhes a constituição de uma comissão de controle que teria por função acompanhar o movimento do mês, de modo a verificar se havia ou não possibilidades de manter a empresa em laboração. Depois de apurado o movimento do mês, retirados os ordenados da gerência, depois de se terem em conta as letras a pagar e a dívida aos fornecedores, enquanto constituída (cerca de oitocentos contos), o resto, se tal coisa existisse, seria distribuído pelos trabalhadores. Estes, perante estas perspectivas, recusam. Por isso mesmo, no dia 17/12/75, o patrão chama os trabalhadores, ao escritório, para lhes comunicar que está na falência e que a firma vai fechar. Para os trabalhadores o desemprego, e nem mesmo admite o pagamento da indemnização legal a que têm direito.

Sabendo que se saíssem das instalações não mais voltariam a lá entrar, os trabalhadores decidem não ir para casa, tendo aí lugar, nessa mesma noite e na seguinte, uma reunião a que estiveram presentes, além dos trabalhadores, delegados do Ministério do Trabalho, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos

e do Sindicato dos Químicos, e o patrão. A propósito destas reuniões, este último viria a dizer que os trabalhadores o fecharam no quarto de banho (estranha forma de dizer que esteve presente às reuniões)!!

A partir desta data, a gerência abandonou as instalações da firma. O empregado de escritório, que na altura se encontrava de baixa, também lá não voltou.

Simultaneamente, as coisas vão-se tornando ainda mais claras. Com efeito, as vendas (aquelas que eram facturadas, entenda-se) não dão para pagar aos trabalhadores mas dão para pagar toda uma série de despesas particulares da gerência (luz, mercearias, jantares, gasolina, jardineiro, etc.) e dão, inclusivamente, para pagar ordenado a um familiar do patrão que nem sequer trabalhava na firma.

Paralelamente, os trabalhadores não exigiram novas tabelas salariais, não exigiram retroactivos, propuseram o pagamento do resto do subsídio de férias aos poucos, não sanearam o patrão (este é que abandonou a empresa), concordaram inclusivamente em ir para a semana de quatro dias, mas por tempo definido e limitado, não ocuparam a empresa («Isto não é nosso. Tudo o que aqui está é do patrão. Pode vir para cá quando quiser» — dizem os trabalhadores). Exigiram, e exigem, isso sim, que o patrão não feche a fábrica, que garanta o pagamento dos salários e os postos de trabalho, uma vez que não está aqui em causa a impossibilidade de a empresa continuar a laborar por falta de encomendas.

Entretanto, a empresa não pára. Começa então a difícil aprendizagem. Em Dezembro, ninguém leva dinheiro para casa; em Janeiro, todos levam dois contos; em Março consegue-se pagar a toda a gente, pelas tabelas antigas, e à Previdência (note-se que, das nove operárias, oito ganham o salário mínimo nacional, a outra, por ser menor, só ganha 2 contos; o antigo encarregado ganha o que anteriormente já ganhava — seis contos). A credencial passada pelo Ministério do Trabalho à comissão de trabalhadores, vai permitir o movimento de cheques de clientes. Os fornecedores só vendem a pronto e, mesmo assim, não entregam a mercadoria, devido aos atrasados (e não só...).

Que perspectivas se abrem aos trabalhadores? O patrão continua a não querer assumir a gerência, os trabalhadores continuam subordinados à firma ANTÓNIO DA SILVA PINTO, L.D.A.; o patrão continua na sua de fechar, os trabalhadores querem manter o seu emprego; o patrão, pelos vistos, conseguiu acumular o suficiente para, agora, poder passar sem a empresa, os trabalhadores estão defendendo o seu direito ao trabalho.

Por outro lado, a credencial passada aos trabalhadores tem de ser renovada periodicamente.

A enquadrar tudo isto, o sistema coloca nas mãos dos patrões a possibilidade de, quando quiserem, fecharem as portas e lançarem os operários que para eles trabalham no desemprego. Só que, estes já não aceitam esta solução quando existem outras alternativas.

Acima de tudo, repare-se que a aprendizagem dos trabalhadores já começou...

MARÉ VIVA

O JORNAL DA REGIÃO

DROGA I

QUOTIDIANO DA DROGA

«Todos os dias acordo maquinalmente à mesma hora, levanto-me, dirijo-me ao quarto de banho, lavo-me, tomo o pequeno almoço e vou para as aulas. Mais tarde regresso das aulas para o almoço, maquinalmente, à mesma hora. Se estou em férias, é a mesma coisa, embora a hora de acordar seja outra. De qualquer modo, depois de almoçar surge o problema: que fazer? Vou até um café, tomo o meu café, troco umas impressões com a malta e começo a chatear-me por o empregado se pôr a protestar por eu e os outros não nos retirarmos, dizendo que vamos passar ali a tarde, etc. Então que fazer? Saio do café e, sem querer, estou em cima de outro. Mas ao fim e ao cabo não me interessa muito. Acabo por ir até uma casa de diversões, mas como ali não posso passar a tarde aguento uma meia hora e, que remédio, tenho de voltar ao café, para estourar mais dinheiro. Mas daí a pouco volto a sair e então? Que fazer? Que é que posso fazer? Nada, é claro, porque nada há para fazer em Espinho. Regresso a casa. Janto. Volto a sair, tomo café, ando por aí um bocadinho ou vou ao cinema. Depois, de novo para casa. Deito-me, adormeço. Acordo e recomeço o ciclo, maquinalmente, dia após dia.»

Pegue-se num mapa, o de Portugal, por exemplo; olhe-se para este país e tente-se chegar à beira para descobrir os problemas que o preocupam; fale-se com as pessoas que o habitam e ouvir-se-ão palavras — desemprego, alterações sociais, instabilidade política. Procure-se um ponto num mapa: Espinho. Interrogue-se um habitante e palavra surgirá com insistência: «na minha opinião há um mal que está a prejudicar muito a juventude espinhense: é a DROGA.»

A ALÇADA DA LEI

Toda a gente discute porque toda a gente sabe. Fazem-se colóquios, os pais protestam e não sabem que fazer para combater a expansão da droga, a cidade agita-se, as discussões prolongam-se. E no meio de tudo isto há jovens, e não só, que continuam a entregar-se alegremente ao seu «passatempo» preferido: «queimar» uns cigarros de «boi» ou liamba.

As famílias, sobretudo, inquietam-se. Quem tem filhos, pouco mais pode fazer do que esperar que «isso» não aconteça aos seus. E que embora se fale muito, conhece-se mal o problema e não há soluções organizadas para o enfrentar.

Uma pergunta: que terão a dizer a isto aqueles a quem é costume entregar a resolução deste e doutros casos que «caem sob a alçada da lei»?

«A P. S. P. exerce evidentemente uma fiscalização até certo ponto intensa, nas suas actividades normais de atenção à vida da cidade. Mas, em geral, não actuamos directamente, só o fazemos em casos muito concretos. Habitualmente transmitimos as nossas informações à Polícia Judiciária, pois é a ela que compete a luta contra a droga. E é claro que prestamos uma atenção especial aos locais que se apontam como mais frequentados por consumidores e traficantes. Mas sem pessoal especializado e meios mais adequados é para nós uma luta difícil. De toda a maneira, qualquer informação que nos chegue não fica por explorar.»

Isto nos disse o Comandante da P. S. P. de Espinho, que amavelmente se dispôs a dar-nos as suas impressões sobre esta questão. Mas também o Delegado do Ministério Público do Tribunal de Espinho poderia ter algo a declarar. Por isso o ouvimos:

«Interessaria desenvolver uma acção em grande força até para se verificar alguma intimidação. Assim, e como a Judiciária normalmente anda longe daqui, os «comerciantes» vêm até cá fazer os seus «negócios», decerto convencidos de que aqui a vida lhes será mais fácil.»

Quanto a casos com trânsito pelo Tribunal, não foi possível indicar-nos números:

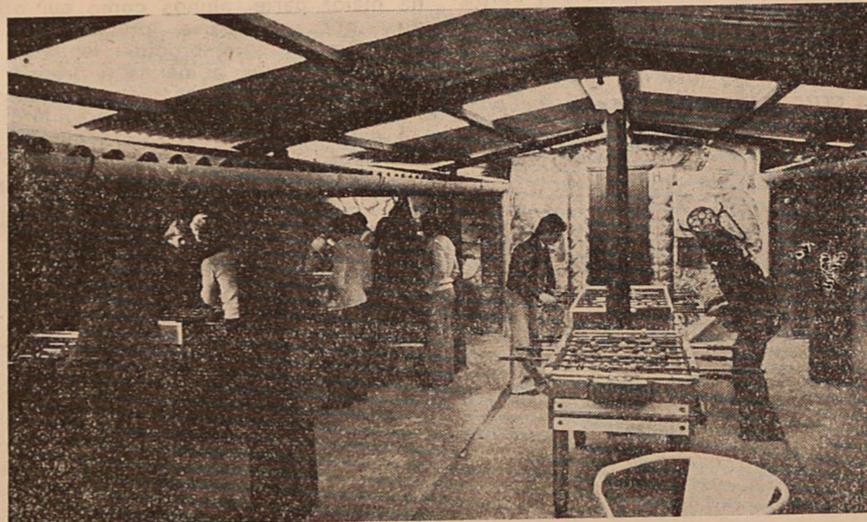
«Aqui há apenas uns poucos casos de instauração de processos e uma ou outra denúncia. Quanto a tráfico e consumo, nada sabemos ao certo. Mas que em Espinho existem condições propícias à expansão da droga, não restam dúvidas: além da Judiciária aparecer por cá poucas vezes, como já referi, há ainda

a considerar o grande movimento de população na cidade. Tem vindo muita gente estabelecer-se aqui, bastantes retornados, e todos os dias há pessoas que entram e saem da cidade. Além de que todas as segundas-feiras é aquele mar de gente que se sabe. E depois, o facto de ser uma cidade turística também deve ajudar alguma coisa. Tudo isto não esquecendo que Espinho é uma cidade com muitos estudantes, que têm bastante tempo livre, tempo para tudo, pertencendo muitos deles a classes com mais posses, o que lhes facilita o acesso a dinheiro que poderão destinar à droga.»

Por tudo o que nos diziam parecia-nos imprescindível contactar a Polícia Judiciária, «a quem compete a luta contra a droga». A propósito, disse-nos o Subinspector Alexandre:

«Enquanto não houver uma movimentação global, não haverá possibilidades de contrariar a influência da droga. A área em que a Polícia Judiciária exerce a sua acção é muito vasta para os meios de que dispomos. Até por isso é necessário o apoio de toda a gente interessada na luta antidroga. No que se refere a Espinho, a proximidade do verão poderá vir a complicar as coisas. Aliás, chegam-nos informações de que já não é só a liamba que é consumida. Outras drogas mais fortes começam a aparecer. É uma tendência que se irá agravando com o fim das grandes quantidades de liamba que vieram.»

Destes contactos com as autoridades ficamos com a sensação de que a situação quanto ao combate à droga não está ainda muito definida. Aliás, poder-se-ia perguntar, e com razão, se a repressão pura e simples resolveria o problema. Cada vez é maior o número de pessoas que acreditam que para combater a droga com algum êxito será necessária uma movimentação global de toda a sociedade, simultaneamente com uma transformação dos valores de uma sociedade corrompida por males bem maiores que o da droga. Seria, por outro lado, importante que se pensasse em eliminar todas as situações que facilitam a entrega ao uso da droga. Basta ler o depoimento com que abrimos este artigo para concluirmos que a muitos jovens falta a motivação, mas também a possibilidade prática para ocuparem o seu tempo livre em actividades úteis a si e aos outros. Mas como é isso possível em Espinho (em Portugal?!), por exemplo, onde os lugares de distração e «que-fazer» são ainda os cafés?



... Surge o problema: que fazer?

A DROGA NAS ESCOLAS

As questões de fundo continuam a ser: porquê a droga? Quem se droga? A que camadas sociais pertencem os drogados? Que significado tem o fenómeno droga em Espinho? Quais os ambientes em que se nota mais a sua influência?

São perguntas que nem sempre se fazem, talvez porque a muitos dos que com mais razão se preocupam, os pais em primeiro lugar, interessa mais tentar resolver os casos particulares que os afectam, fugindo a uma análise geral do problema.

Por exemplo, ninguém ignora que nas escolas se poderá, mais do que em muitos outros lugares, encontrar dados para se ir respondendo a algumas daquelas

perguntas. Por isso contactamos pessoas ligadas ao Liceu e à Escola Técnica. Ouvimos primeiro um professor do Liceu:

«Aqui o problema da droga é um facto que já ninguém nega. E parece-me que tem muito que ver com o ambiente social e económico dos alunos e com as razões que os trazem ao liceu. Os pais, em geral, querem que os seus filhos obtenham um diploma universitário, se possível. Normalmente esses pais possuem determinadas condições económicas favoráveis que procuram dar também aos filhos, e em que estes confiam para vir a ter a ter um futuro mais fácil. Ora isto dá muitas vezes lugar a um comportamento e modo de vida mais despreocupado, que pode levar também ao uso da droga.»

Quanto à Técnica, disse-nos um professor dessa escola:

«Nesta escola a mentalidade dos alunos está absolutamente de acordo com as suas necessidades económicas, e os casos de droga que surgem são provocados principalmente por uma necessidade de evidênciação e pelo desejo de escaparem ao ambiente familiar e às suas frustrações. Mas como em geral os alunos aqui têm que trabalhar com afinco, por não poderem andar a perder tempo e dinheiro, isso afasta-os da droga.»

Entretanto, e segundo outras informações que obtivemos, a situação na Técnica estaria a piorar, sobretudo pela influência de pessoas de fora que vão até às instalações da escola fazer o seu «negócio».

DROGA E CLASSES SOCIAIS

De facto, a princípio verificava-se que só os filhos das classes mais abastadas, das ditas classes dominantes, eram atraídos pela droga e, de início, nos países capitalistas mais desenvolvidos. Mas, partindo desses países, esse fenómeno alastrou e, inevitavelmente, chegou a Portugal, até porque sempre temos dependido muito dos países capitalistas.

E se no começo contava ainda com poucos adeptos, é certo que tem vindo a generalizar-se com grande rapidez, passando dos meios burgueses aos pequenos-burgueses e mesmo às classes trabalhadoras. Será pois de perguntar como é que se expandiu tanto, a ponto de atingir camadas sociais tão diferentes. Começando por atingir as camadas de estudantes, o desejo de ascensão que é quase sempre característico de classes socialmente desfavorecidas, fez com que muitos jovens trabalhadores sentissem necessidade de imitar aqueles que viviam em ambientes sociais e económicos mais favoráveis, demonstrando assim uma grande falta da consciência de classe que lhes devia ser própria. Julgam com isso que podem ascender às classes que conside-

O MUNDO DA DROGA POR FORA

«Pois claro que é uma questão preocupante e em todo o país, não só cá em Espinho. Aqui, quando se fala tanto em droga, é também um reflexo do que se passa a nível do País. E se as pessoas tanto se preocupam é porque há mesmo alguma coisa de verdade, de profundo, por detrás». (Comandante da P. S. P. de Espinho).

«É claro que me parece que no meio disto há muita gente que exagera, pois se houvesse um consumo de droga tão grande como dizem notar-se-iam facilmente muitas consequências sociais e até doenças. Isto quanto ao consumo, porque quanto ao tráfico estou convencido que é muito. Em Espinho haverá talvez mais problemas com o tráfico da droga do que com o seu consumo». (Delegado do Ministério Público no Tribunal de Espinho).

«A mim parece-me que o problema existe sobretudo por culpa de muita gente que de fora tem vindo para Espinho, uns para ficar, outros só de passagem. Diria, até, que entre os jovens que vivem em Espinho há muito tempo, o problema é muito menos grave». (Um Espinhense).

«O fenómeno da droga em Espinho é muito semelhante a outras terras, talvez um pouco mais intenso». (Subinspector da Polícia Judiciária).

«O que se passa claramente é que ninguém está muito interessado em acabar com isto da droga. No fim e ao cabo, as pessoas falam mas até não se chateiam muito». (Um jovem).

«O que te digo é que já estou farto de tentar alguns empregos e em nenhum me saí. Agora só me interessa é aproveitar-me daqueles que me podem facilitar as coisas, mesmo que me aches um parasita». (Um jovem).

«Não se fortalecendo nos jovens uma vontade de criar e de libertar, de pensar por si próprios e de agir segundo as necessidades e interesses sociais, não é de admirar que eles depois se integrem no mundo fácil e corrupto que, por linhas tortas, lhes ensinaram a viver». (Um estudante).

«Além disso, eu estou convencido de que em todos os países capitalistas há forças altamente interessadas em fomentar o uso da droga, pelos jovens, para os desviar de preocupações sociais e políticas». (Um professor).

«Vistas bem as coisas, não sei porque é que dizem que a droga os preocupa tanto. Se uns dão umas «passas», outros drogam-se de outra maneira, mesmo sem ser com droga verdadeira: é a publicidade, a televisão, os jornais, os partidos, isto para não falar no álcool ou no tabaco. No fim e ao cabo, andamos todos drogados». (Um jovem).

Inscreva-se
na Cooperativa
Nascente

No próximo número de «MARÉ VIVA» voltaremos ao assunto, que bem justifica uma atenção constante.



Neste número de apresentação do nosso jornal, pensamos que deveríamos incluir nesta página desportiva um artigo que dissesse aos leitores o que nos propomos fazer e qual a orientação que lhe irá ser dada.

O que nos parece de maior importância é o facto de irmos procurar abranger nas páginas deste jornal não só o concelho de Espinho, mas também as zonas limítrofes. Assim, no que se refere à página desportiva iremos ter um campo de acção relativamente grande. Como tal, dentro das limitações a que estamos sujeitos, procuraremos, sempre que possível, saber dos problemas desportivos desta zona e trazê-los a esta página para serem debatidos e se possível encontrar soluções que possam levar à sua resolução.

Procuraremos também, com uma certa regularidade, consoante as disponibilidades dos colaboradores que consigamos arranjar, ver tratados nestas colunas temas de desporto que poderão ser de carácter geral ou abordar alguma modalidade em particular.

Além do que atrás foi apontado, incluiremos sempre um «placard» com os resultados das competições efectuadas na região e, sempre que possível, apontamentos de reportagem sobre os principais acontecimentos desportivos da semana, de todas as modalidades.

Para terminar, gostaríamos de deixar aqui vinculada a necessidade de uma colaboração da parte dos leitores, sugerindo temas para possíveis reportagens, ou enviando-nos dados sobre projectos de realizações desportivas, que divulgaremos com o maior prazer.

Só assim, em colaboração permanente entre os que fazem o jornal e aqueles para quem ele é feito, poderemos conseguir com que ele corresponda ao que dele esperam.

RASCUNHOS

Andava lá pelos meus quinze anos quando «gerei» o primeiro naco de prosa para ser impresso. Era uma coisita no género de redacção escolar sobre o primeiro de Dezembro em que o Miguel de Vasconcelos foi defenestrado. Não valia um chavo mas, para mim, era uma pequena obra-prima, cujas qualidades redobram quando a vi «prantada» em letra de forma na revista do Colégio. E nunca texto algum me deu tanto orgulho nem satisfação como essa miseriazinha juvenil a puxar para o patrioteirismo.

Tempos depois, andava já eu no sexto ano liceal, o professor de Português, que nos fazia decorar tim-tim-por-tim todos os projectos de Salazar, odiar os «Lusiadas» por nos forçar a dividir-lhe as orações, pôs à habilidade de uma turma uma redacção cujo título era: «Se Salazar soubesse...». O professor faria a selecção e o texto que viesse a ser considerado o melhor seria publicado na mesma revista estudantil em que me estreara. Deitei mãos à obra. Compus uma historietta de uma mulherita mais ou menos esquelética, pobremente vestida, salvo erro dando a mão a uma criança meia raquítica, que entrava na mercearia da terra para tentar levar «fiadas» uns gramitas de alimentos para os dois e para o homem que lhe estava doente no casebre que habitava. No aparelho de rádio do estabelecimento o locutor falava nas obras de Salazar, nos projectos de Salazar, nas finalidades que Salazar pretendia atingir. E fechei o artiguelho pondo na boca da pobre mulherita as palavras do título — «Se Salazar soubesse...»

Pelos vistos os meus colegas de turma ainda eram mais «nabos» do que eu, porque o meu trecho foi distinguido com o prémio de ser publicado, como sucedeu dias depois. Um jornalista profissional, ao ler a minha história, ficou admirado de a Censura não lhe ter posto uma cruz a lápis de cor. Só lhe passou a admiração quando o elucidaram de que, dadas as características de reduzida expansão da revista, para mais de um Colégio muito bem visto nas esferas oficiais, até porque dirigido por um ilustre Deputado da Nação, ela não era submetida à inspecção que mais tarde viria a ser crismada de exame prévio. Mas eu nunca soube em que se baseava o prático da Imprensa para considerar a minha «produção» antecipadamente condenada à morte pelos inquisidores da palavra escrita.

Passaram-se os anos. Apareci como colaborador bastante e obrigatoriamente regular do «RUMO», que a nossa Académica publicou durante uns anos. Após o «passamento» do «RUMO», que foi uma verdadeira pedrada no charco espinhense, seguiu-se um largo interregno. Veio o jornal do Sporting de Espinho e, muito recentemente, na primeira das remodelações da «Defesa de Espinho», voltei às lides, antes ainda do 25 de Abril. E um desgosto me morde de toda esta actividade cripto-jornalística: é que a Censura nunca me cortou uma linha dos meus textos, o que abona muito pouco a minha agressividade de pensamento e impede proclamar-me um perseguido do fascismo.

CARLOS MORAIS

Massificação Desportiva

Os miúdos estavam lá...

Num dos últimos sábados realizou-se no Liceu uma jornada desportiva integrada num plano que os professores de Educação Física daquele estabelecimento de ensino, com o apoio da Direcção-Geral dos Desportos, se propõem levar a cabo, tendo em vista a dinamização desportiva junto das crianças das escolas primárias. Ao mesmo tempo procuram também sensibilizar os professores do ensino primário (e muitos têm dado o seu apoio), pela grande importância que a sua acção pedagógica junto das crianças poderá ter.

Sobre o que se passou naquele sábado desportivo em que estiveram no Liceu à volta de mil crianças, e acerca do curso de animadores desportivos que lá está a ter lugar, ouvimos três alunos do Liceu que frequentam esse curso e um dos professores de Educação Física. Perguntámos como tinha decorrido a jornada desportiva e como ia o curso de animadores.

«OS MIÚDOS ESTAVAM FELIZES DA VIDA...»

Primeiramente ouvimos a Bercina Cardoso, aluna, que nos disse:

«Eu cheguei aqui ao Liceu eram 9 horas e os miúdos já cá estavam. Com um grupo de crianças fomos fazer ginástica. Procurámos ensinar-lhes coisas fáceis, já que era a primeira vez que eles cá vinham, e parece-me que ficaram contentes e gostaram do que lhes ensinámos. No fim, no polivalente, cantou-se, dançou-se e os miúdos estavam felizes da vida. Parece-me que foi uma iniciativa positiva e a continuar no futuro, pois muitas das crianças que cá vieram têm poucas hipóteses de se divertirem e participar em actividades deste género.

Quanto ao curso de animadores desportivos, penso que está a correr bem e a ser excelentemente orientado. Estamos a ter agora uma aprendizagem sobre primeiros-socorros, que será teórica e prática. Na parte desportiva aprendemos já um certo número de coisas que nos foram bastante úteis no sábado, onde pusemos algumas em prática. Portanto, vamos lá a ver se isto vai para diante e se se faz qualquer coisa.

Seguidamente ouvimos outro aluno, o Ismael Lacerda:

«Parece-me que correu tudo bem, que iniciativas deste género servem para fomentar o desporto, tão atrasado em Portugal. Estes animadores desportivos são, na maior parte, alunos como eu, orientados por professores precisamente para esse fim, ou seja, procurar levar os miúdos das escolas primárias a praticar desporto. O curso de animadores desportivos parece-me que está a correr muito bem. Já devemos ter à volta de mês e meio de aulas, e tem havido uma colaboração muito grande entre professores e alunos».

FACILITAR O ACESSO AO DESPORTO

Depois ouvimos o Artur Rocha, também estudante, que disse:

«Penso que foi uma boa iniciativa de alguns professores do Liceu e dos alunos do curso de animadores desportivos em realizar uma jornada dedicada à prática desportiva nos moldes da que se efectuou, porque facilita o acesso ao desporto das camadas mais jovens da população de Espinho e arredores. Sou da opinião que realizações deste género deverão efectuar-se todos os sábados, porque as crianças gostam disto e até já perguntaram se no domingo podiam vir outra vez. Elas estavam tão entusiasmadas que algumas até saltaram a vedação e começaram a correr e a fazer ginástica mesmo antes de termos chegado...»

Finalmente falámos com o professor Artur Jorge Quaresma, que nos afirmou:

«A movimentação desportiva que aqui efectuámos no sábado foi apoiada pela maior parte dos professores do Liceu, apoiada sobretudo pelos próprios alunos, nomeadamente os que frequentam o nosso curso de animadores desportivos. Tivemos ainda a ajuda, no aspecto material, da Delegação de Aveiro da Direcção-Geral dos Desportos, nas pessoas dos professores Abreu Lopes e Nery, e as conclusões que tirámos foram francamente positivas. Aliás nem esperávamos tanto, porque foi uma coisa feita muito em cima da hora, praticamente com 48 horas de antecedência. Compareceu quem quis, pois isto estava aberto a toda a gente, e pudemos todos os aparelhos e material que tínhamos à disposição dos miúdos.

Aqui em Espinho, que eu saiba, não se tinha feito nada neste género, ao contrário do que já sucedeu em vários pontos do País. Tentámos, fomos bem sucedidos e temos esperanças em continuar com organizações idênticas, pelo menos de quinze em quinze dias. Agora comprámos várias coisas e esperamos para já fornecer calções a todos os miúdos que não tenham, feitos mesmo no próprio Liceu pelos professores e alunos de Trabalhos Oficiais.

UM CURSO ABERTO A TODA A GENTE

«O curso de animadores desportivos foi uma ideia dos professores do Liceu, ao vermos que era necessário que todas as pessoas pudessem estar integradas no campo da educação física, não só em práticas desportivas, mas também no aspecto essencial de pedagogia e psicologia das crianças.

O curso está aberto aos alunos do Liceu e a quem quiser, mesmo de fora, pois até temos professores do ensino primário a frequentá-lo. Isto é óptimo, pois demonstra o interesse que este está a suscitar, já que os professores primários, na sua maioria, nunca receberam uma informação de âmbito pedagógico-desportivo, sendo portanto compreensíveis as dificuldades que sentem nas actividades de educação física e desportos nas suas escolas.

— Há, então, muita gente inscrita no curso...

«Sim, temos bastantes alunos, e procurámos acelerar o andamento no tempo de férias, quando todos estamos mais livres. Vamos aproveitar estas movimentações infantis para lançar os novos animadores desportivos na sua campanha pedagógico-desportiva, onde praticarão os conhecimentos adquiridos no curso».

ATÉ NEM É DIFÍCIL ORGANIZAR COISAS...

Face a estas declarações podemos concluir que algo de útil está a ser feito em Espinho no campo desportivo e só nos resta esperar que iniciativas deste género contem com o apoio das entidades competentes e que as carências que ainda existem, como por exemplo o apoio médico com exames prévios às crianças que praticam desporto, possam vir a ser resolvidas rapidamente. De salientar a adesão de grande número de crianças, de professores e de outras pessoas, o que vem provar que até nem é difícil organizar coisas, a nível de população, sem grandes burocracias e preocupação de fazer tudo muito certinho. Espinho tem óptimas instalações desportivas, tem pessoas que podem avançar, que mais falta? A resposta está na dá-la estes amigos das tardes de sábado no Liceu; a resposta devem dá-la todos: organizações populares ao serviço da população.

Diga mal do nosso Jornal por escrito

Criança deficiente mental

— Que futuro?

«Urge que sejam transformadas as condições de vida de todo o povo, para que não haja uma produção contínua de crianças inadaptadas.»

Ao tomarmos conhecimento do elevado número de crianças deficientes e inadaptadas existentes no concelho de Espinho e da formação de uma Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCI), fomos junto de pessoas que se têm mostrado interessadas em trazer a lume este grave problema e, consequentemente, na sua resolução. Assim, registamos as opiniões de professores primários, pois é na escola primária que se revelam com maior gravidade os casos de deficiência e inadaptação, e recolhemos elementos que aqui transmitimos aos nossos leitores sobre a cooperativa em formação neste concelho. Contactámos ainda o Centro de Saúde cujo Director nos disse não ter neste momento dados sobre o assunto.

«TENHO ALUNOS QUE NUNCA APRENDERÃO NADA NO ENSINO NORMAL»

Estas são palavras da professora Lucília Braga, que lecciona numa escola primária de Paramos. Antes de abordarmos a questão principal — deficiência mental e inadaptação nas crianças em idade escolar — quisemos saber alguma coisa sobre as condições de vida dessas crianças:

«As pessoas vivem em barracos de madeira, muitas vezes madeira queimada. Alguns barracos são feitos de caixotes da «Toyota». Não têm água, nem luz, nem esgotos. Lavam a roupa em «chafurdas» no meio do caminho. As famílias são numerosas, muitas com 9, 10, 11 e até 13 filhos. Os pais são geralmente operários cordeiros e tanoeiros. Alguns trabalham numa fábrica de mosaicos e muitos embebedam-se com frequência, o que os torna bastante agressivos, mesmo entre os próprios familiares e essa agressividade é transmitida aos filhos. As mulheres não têm a assistência médica necessária durante a gravidez e no parto. Houve um caso muito recente de uma mulher que estava tuberculosa e andava grávida do 13.º filho. Aconselharam-na a ir ter o filho no hospital, mas ela perguntou quem lhe iria ficar com os outros. Com certeza que acabou por ter a criança em casa assistida por uma «habilitosa.»»

Continuando a ouvir o alarmante relato da professora Lucília, apuramos que o «corredor» das barracas se chama Bairro da Pinha ou Carreira do Aqueiro. As crianças são, na generalidade, subalimentadas, apresentando algumas sinais sensíveis de raquitismo.

Certa vez uma aluna da professora entrevistada vomitou na sala durante a manhã. Ao procurar saber a causa do triste acidente, a professora foi surpreendida pelo facto de a aluna ter comido caldo com farinha antes de ir para a escola. Resolveu então interrogar os alunos sobre o que é que costumavam comer ao pequeno almoço, e descobriu que uns comem os restos da caldeirada do jantar anterior e outros bebem café com «broa». Daí que a professora denunciou:

«De tudo isto resulta que as crianças, duma maneira geral, apresentam atraso mental, fraco aproveitamento e desinteresse pela escola. Tenho alunos na 2.ª classe que não conseguem identificar as letras; ainda não passaram da fase da «garatuja». Mesmo através dos desenhos que eles fazem noto esse atraso. No entanto só um especialista poderia verificar melhor estes casos. Tenho alguns alunos que sei que nunca chegarão a aprender nada no ensino normal.»

Dos 20 alunos da nossa entrevistada, apenas 6 têm conhecimentos para transitar de classe. A professora referiu-nos também que muitas dessas crianças têm uma grande timidez e fecham-se de tal maneira que se torna muito difícil falar com elas. Vemos pois que as deficiências que estas crianças revelam se devem em parte a deformações que herdaram dos pais e também, fundamentalmente, ao baixo nível de vida da sua família.

Conhecidos os factores responsáveis pela existência de deficientes mentais

nesta escola de Paramos, perguntamos à respectiva professora sobre a forma de pôr termo a essa situação:

«Quanto a mim é necessário cortar o mal pela raiz, isto é, modificar as condições de vida em que estas crianças nascem e crescem. Mas uma vez que esta alteração não se pode fazer do pé para a mão, acho que estas crianças deviam ser colocadas em Centros Escolares devidamente preparados e onde, convivendo com crianças não deficientes, e de vários meios sociais, teriam mais facilidade em se desenvolverem e vencerem as suas dificuldades.»

Sobre este mesmo assunto, e porque sabemos da sua larga experiência no campo do ensino primário, contactámos também o professor Gil Rosas, com quem tivemos uma longa entrevista, de que transcrevemos os passos que julgamos de maior interesse para os nossos leitores e para uma reflexão sobre este grave problema.

M. V. — Na sua experiência como professor primário com certeza contactou com crianças deficientes mentais de vários níveis...

G. R. — «Sim, com a minha experiência já de muitos anos, em vários meios, encontrei muitas crianças portadoras de diversas deficiências; porém, com um estudo atento, verifiquei o seguinte: muitas vezes o professor, por falta de conhecimentos, na melhor das intenções vai chamar deficientes a crianças que muitas vezes o são apenas devido ao meio em que vivem.

Penso que este problema devia merecer um estudo mais profundo pois é bastante grave. Exige maior atenção não só das entidades responsáveis mas também dos professores do ensino primário.

Porque muitas crianças são rotuladas de deficientes e transportam aquela carga até ao fim da sua escolaridade, sentem-se até postas à margem, quando nós sabemos que muitas delas se fossem enquadradas num ambiente favorável, poderiam na sua quase totalidade ser recuperadas dentro do seu meio ambiente. Trata-se de proceder à sua integração e não marginalização.

Parece-me também que um dos primeiros passos a dar era uma campanha de esclarecimento junto dos professores para que fossem muito escrupulosos ao



apreciarem as crianças de maneira a não as marcarem com uma apreciação ligeira.

A meu ver, teremos que levar os professores a mudarem de atitude perante o problema, pois quantas vezes as crianças se tornam inadaptadas por falta de carinho familiar e uma mudança de tratamento do professor acarinhando-as mais e compreendendo melhor as condições em que elas se encontram ajudaria muito nestas situações.

As crianças que vêm dos meios mais desfavorecidos deviam ocupar no nosso mundo escolar um lugar de mais carinho, complacência, de mais atenção em relação às outras e às vezes acontece, não sei porquê, que não actuamos assim.

O professor tem de ser mentalizado e preparado para esta realidade.»

Da história antiga

Era uma vez um senhor feudal, que vivia no seu extenso feudo, rodeado por uma legião de escravos, um bobo e um arauto. Os escravos trabalhavam para ele; o bobo fazia-o rir e o arauto transmitia as suas ordens. A harmonia era perfeita (para ele, claro). Os escravos, de sol a sol, rasgavam a terra, semeavam, cuidavam das plantas, eram chicoteados, explorados, enfim... tinham tudo o que, segundo o senhor, mereciam. De vez em quando, o senhor (que tinha pouco de senhor e muito de feudal) levava o arauto (que, para maior segurança trazia uma coleira dourada e uma trela de cerdas entrançadas de javali), até junto dos seus servos e obrigava-o a comunicar-lhes coisas de transcendente interesse, tais como «abrir a caça aos patos na sua coutada», «no dia seguinte o sol levantar-se-ia às 7 horas», «a vida é bela» e tiradas semelhantes todas imbuidas de um profundo humanismo, ingrediente com que se temperam geralmente todos os senhores feudais.

Assim, os dias iam-se sucedendo às noites, estas àqueles, o trabalho às chicotadas, as «comunicações importantes» às «importantes comunicações». Era a ordem natural das coisas, segundo o senhor. Mas o arauto, nas suas saídas «atreladas» ia vendo o que se passava à sua volta. Via que

os escravos estavam embrutecidos pelo senhor. Que, pela mão do senhor, se iam transformando em coisas que, por acaso, respiravam. Que ele próprio era um instrumento do senhor. E uma noite acordou.

Com uma raiva acumulada durante longo tempo, rebentou a trela de cerdas de javali, rasgou furiosamente a coleira dourada e foi para as propriedades do senhor acordar os escravos. Falou com eles durante algum tempo, chamou-os para a realidade, mostrou-lhes o que era a vida deles, pôs-lhes a nu os podres do pequeno mundo em que se arrastavam. Pela primeira vez os ouvidos dos escravos não foram adormecidos com patos, sóis ou beleza, mas sim violentados pela verdade, pelo que é palpável, pela realidade. E, lentamente, eles foram despertando para uma nova vida. O senhor, informado do que se passava pôs os seus esbirros em perseguição do arauto. Apanharam-no. Levaram-no à presença do senhor feudal. Foi chicoteado, novamente preso à coleira dourada e à trela de cerdas entrançadas de javali. Para maior segurança, o senhor coseu-lhe a boca.

A «paz» voltou aos domínios do senhor feudal.

Os escravos morreram de novo.

N. B.

A MUDANÇA DE ATITUDE DO PROFESSOR NÃO CHEGA...

M. V. — Mas bastará uma mudança de atitude do professor? Será isso suficiente?

É verdade que os professores não estão preparados para encararem e agirem convenientemente perante este problema. Mas as dificuldades não se ficam por aqui: mesmo que o professor mude a sua atitude as crianças não deixam de, em certos meios mais desfavorecidos, terem um fraco desenvolvimento mental que se prolongará se as condições de vida forem sempre as mesmas. Além disso, perante um programa

ça estaria ocupada durante a parte útil do dia com actividades diversas. O professor devia manter uma relação com a escola durante a maior parte do dia.

Mas o ideal seria a criação dos chamados «Centros Escolares», onde estudariam crianças de vários meios sociais e culturais. Assim, com este contacto seria enriquecida a aprendizagem de todas elas — com a troca de experiências da vida das várias crianças a influência do meio donde provinham as inadaptadas seria diminuída.»

M. V. — Todavia, enquanto não surgem os Centros Escolares, ou qualquer outra solução de fundo, o que é que na sua opinião deveria ser feito para melhor preparar os actuais e futuros professores primários?

G. R. — «Em relação aos futuros professores, entendo que é preciso desde já prepará-los para este problema.

As escolas do Magistério Primário deviam ter uma disciplina especial para o tratamento da generalidade dos casos de crianças deficientes mentais e inadaptadas. O professor devia ter um conhecimento geral dos casos mais frequentes tendo em conta a realidade do nosso povo.

Para os professores que estão já em exercício, devia fazer-se uma sensibilização para que pelo menos tomassem uma atitude mais razoável para com os casos que surgem na escola e que nós sabemos que são muitos.

É também necessário criar nas estruturas escolares condições para que os professores possam agir de outra forma, assim como garantir-lhes um apoio efectivo no seu trabalho.»

M. V. — Acha que o número de crianças deficientes no concelho de Espinho justificaria a criação de uma escola especial?

G. R. — «Sim, acho que sim. Aliás, eu até estou bastante interessado nisso. Quer-me parecer que se se fizesse uma prospeção, embora muito rápida, nas escolas, o número de crianças deficientes que se descobririam seria, por si só, suficientemente significativo para se pensar em criar uma escola.»

★

Para sabermos o que se passa concretamente com a Cooperativa, decidimos contactar alguém directamente ligado à sua criação. Assim, daremos, no próximo número, conta dessa conversa.

INQUÉRITO

Que pensarão as pessoas, os habitantes de Espinho, sobre a necessidade dum jornal que abranja toda uma vasta região em que esta cidade é o seu centro?

É claro que, se nos lançamos nesta iniciativa é porque vemos a necessidade de existir um órgão de imprensa regional que procure tratar através das suas páginas os problemas que preocupam as pessoas, alertá-las para uma realidade que as rodeia, levá-las a resolver, por si próprias, as situações.

Mas, qual será a sua opinião, a opinião do futuro leitor de «MARÉ VIVA»?

Os comerciantes e um novo jornal

«No que respeita ao sector do comerciante não me parece haver um interesse especial. Mas se pensarmos na população de Espinho, na sua generalidade, a coisa muda de figura e vejo que pode vir a ser muito útil» — declarou-nos Carlos Fonseca, comerciante de fazendas.

«Bem, parece-me que poderá ter de facto interesse se tratar alguns problemas deste sector de actividade. No nosso caso, livrarias, seria útil a divulgação de livros através do jornal, de maneira a chamar a atenção do público para algumas obras.

E, por acaso, agora até há um problema que nos está a preocupar: a questão do horário de trabalho. Estamos a ver a possibilidade de fechar uma hora mais tarde à semana e não abrir aos sábados.

E dentro disto, se tratar assuntos concretos, terá, de facto, bastante interesse» — diz-nos Amália Alves, da «Livrália».

Continuamos a ouvir os comerciantes, a conhecer a opinião dum importante sector de actividade.

É a vez de Manuel R. Júnior, merceiro.

«Sinceramente só terá interesse se trazer alguma coisa de novo, pois fartos de jornais que se repetem andamos nós. E no nosso caso de comerciantes, temos sido vítimas de ataques, sendo a verdade dos factos retirada.»

«Olhe se quer que lhe diga, à primeira vista não me parece que possa ter muito interesse. Não estou a ver assim problemas ligados ao comércio para tratarem... Mas se o jornal sair de Espinho e for abranger a região, é susceptível de ter mais utilidade» — proprietário da «Confeitaria Central».

«...mais notícias!»

Mais opiniões, um empregado bancário e duas funcionárias da C. M. E.:

«Não fico indiferente perante a saída dum novo jornal em Espinho. Acho muito bem haver mais um. Em ambos serão tratados temas por ópticas diferentes, com o que lucrará o próprio leitor. O novo jornal virá enriquecer a Imprensa regional que precisa de novos contributos.»

«Acho bem: quantos mais jornais, melhor ...mais notícias...»

«...Mas com verdades! Que não nos venham «meter os dedos pelos olhos dentro!»

E os operários?

«O novo jornal, para ter interesse, terá que tratar das lutas dos trabalhadores, de problemas sindicais, etc. Só desta forma poderá servir os operários de Espinho» — um operário cordoeiro.

Dos 30 operários ouvidos, 7 recusaram-se a responder, 4 afirmaram-se contra a saída do jornal e 19 pronunciaram-se afirmativamente. Eram 30 trabalhadores fabris, pertencentes aos ramos dos químicos, metalúrgicos, cordoeiros e ferroviários, 13 do sexo feminino e 17 do sexo masculino.

★

Aqui estão, portanto, opiniões antes da saída do jornal.

E agora, que pensarão todos aqueles que leram ou irão ler «MARÉ VIVA»? Esperamos, ansiosamente, as críticas dos leitores. Só assim poderemos pôr o jornal ao serviço da população, ao serviço de todos nós.

ALGUMAS ACTIVIDADES PARA MAIO E JUNHO

21 DE MAIO — Apresentação da Cooperativa e projecção do filme português «Deus-Pátria-Autoridade» seguido de debate. Às 21,30 horas, na Piscina.

29 E 30 DE MAIO — Dia Mundial da Criança: Animação desportiva; Debate (o ensino e a criança); Festa no Parque João de Deus; Teatro.

9 DE JUNHO — Noite de Teatro.

11 DE JUNHO — Sessão de cinema na Piscina.

23 DE JUNHO — Sessão Cine-Clube em 35 mm.

NOTA — As datas indicadas estão ainda sujeitas a confirmação.

GAZETILHA

MARÉ VIVA

...E disseram os rapazes:
«—Por aquilo que fazíamos,
A escrever como escreviamos
Não nos acharam capazes
De compilar um jornal
Ao sabor conveniente
Da sua grei exigente,
À qual «assentava» mal
Ver moços a alardear
O seu poder de informar
Sem sombra de fingimento,
E o seu generoso intento
De defender uma ideia,
A Terra, o Mar, campo e areia,
A Cidade em movimento... »

Os jovens assim falaram.
Deste modo se mostraram
Sensíveis às injustiças.
E, assistidos da razão,
De arranque fácil e pronto
Na ousada resolução,
Transpuzeram o Helesponto,
Estudadas as premissas
Para tal empreendimento,
Lançado neste momento.
São moços que começam a sentir
Que não se pode alimentar a Vida
Da seiva inconsistente e fementida
Dum Passado que tende a se extinguir
Que já não querem franquear as portas
A ultrapassadas realidades mortas.

Sabem que a Pátria herdada dos Avós
Não é um latifúndio a estiolar-se;
Mas tem de ser impulso a projectar-se,
No efectivo labor de todos nós,
Pelos espaços fora!
É obra a construir constantemente,
Dia a dia, hora a hora,
Engrenagem sem um rodízio falho...
— Mas há que vigiá-la atentamente,
Para que possa ser a mais segura
Garantia de Paz e de Trabalho,
De Progresso, de Amor e de Cultura.

Finalmente,
Diz-me a «companha» desta «Maré Viva»
Ora a «fazer-se ao mar», que não se priva
De ali «servir poesia» a toda a gente...
Pede-me, assim, que «embarque», instantemente:
— Pois vou com ele eles, sim, e levo «a filha» —
A «gazetilha»!

ALBERTO BARBOSA (BEKA)

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE

«Deus, Pátria, Autoridade», trilogia que «não estava em discussão nem poderia ser contestada pelas loucuras do século», no dizer de Salazar num discurso feito em Braga no ano de 1936, tornou-se o título dum filme que «O Jornal» classificou como «um importante documento dos nossos dias».

«Rui Simões, o realizador que ousou levar aos «écrans» em termos perceptíveis para a maioria da população o retrato crítico da vida portuguesa, viveu durante dez anos em França e na Bélgica, onde foi fotógrafo de cena, repórter fotográfico e fez alguns filmes como fotógrafo».

Depois do 25 de Abril voltou a Portugal pois «queria estar com uma câmara e um gravador onde estavam os acontecimentos».

«Filmou manifestações, comícios, todas as manifestações populares importantes de carácter político. Em certa altura, foi obrigado a parar. Ele, como as pessoas em seu redor, não tinha a

consciência exacta do significado do turbilhão do que se estava a passar. Entretanto, nos seus contactos, apercebera-se de que o público necessitava sobretudo de um filme onde se explicassem as coisas e em termos muito simples: o colonialismo, o capitalismo, a história social do capitalismo no nosso país desde 1910. Uma obra que contrastasse com o obscurantismo que continuava a caracterizar muitas das iniciativas, em termos de rádio, de televisão, etc. Desta preocupação nasceu o carácter didáctico que acabou por caracterizar o filme».

Se este objectivo foi ou não conseguido é a resposta que compete dar a todas as muitas centenas de pessoas que já tiveram (ou terão) oportunidade de ver e discutir este filme nas associações culturais, sindicatos, comissões de moradores e trabalhadores.

É a vez de Espinho ver e dar a sua opinião!

A. CARDOSO